



Regulamento do Mercado de Cacia

Preâmbulo

O presente Regulamento estabelece as normas de organização, funcionamento, ocupação e utilização do Mercado de Cacia, enquanto espaço público afeto ao comércio a retalho não sedentário, nos termos da legislação em vigor.

A gestão do Mercado de Cacia compete à Junta de Freguesia de Cacia, no exercício das suas atribuições legais, visando assegurar o regular funcionamento do mercado, a transparência na atribuição dos lugares de venda, a defesa do interesse público e a proteção dos consumidores.

O presente Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua aprovação pela Assembleia de Freguesia.

Normas atualmente em vigor, nomeadamente:

- Lei n.º 75/2013 (regime jurídico das autarquias locais)
- Decreto-Lei n.º 85/2015 (regime jurídico da atividade de comércio a retalho não sedentário)
- Código do Procedimento Administrativo
- Regime Geral de Taxas das Autarquias Locais
- RGPD (quando aplicável a dados pessoais)

Artigo 1.º

Objeto e utilizadores do Mercado de Cacia

O presente Regulamento aplica-se a todos os vendedores, operadores económicos, colaboradores e demais

Artigo 2.º

Periodicidade e horário

1. O Mercado de Cacia realiza-se semanalmente à quinta-feira, no período da manhã.
2. Sempre que o dia coincida com feriado, poderá, por deliberação da Junta de Freguesia, ser antecipado, adiado ou excecionalmente cancelado.

Artigo 3.º

Competência de gestão

A organização, gestão, fiscalização e disciplina do Mercado de Cacia competem à Junta de Freguesia de Cacia.

Artigo 4.º

Tipologia dos lugares de venda

Os lugares de venda classificam-se nas seguintes categorias:

1. **Lojas** – Venda de carnes, seus derivados e produtos de charcutaria;
2. **Bancas** – Venda de peixe fresco, fruta, produtos hortícolas e outros produtos alimentares legalmente permitidos;
3. **Terrado** – Venda de vestuário, calçado, louças, bijutaria e similares; Venda de produtos agrícolas, plantas, sementes e produtos de pequenos produtores;

Artigo 5.º

Atribuição dos lugares de venda

1. A atribuição de lugares vagos é efetuada obrigatoriamente através de **hasta pública** ou **procedimento concursal**, garantindo os princípios da transparência, igualdade e concorrência.
2. A Junta de Freguesia definirá, por edital, os termos do procedimento, identificando os lugares, valores base, prazos e condições de participação.

Artigo 6.º

Hasta pública e concursos

1. A hasta pública ou concurso realiza-se em sessão pública, perante o Executivo da Junta ou comissão nomeada.
2. O lugar é adjudicado ao concorrente que apresentar a proposta economicamente mais vantajosa, normalmente o maior lanço.
3. De cada procedimento será lavrada ata.

Artigo 7.º

Prazo da licença de ocupação

1. A licença de ocupação é atribuída por um prazo de **5 anos**, renovável por períodos sucessivos de **1 ano**, desde que cumpridas todas as obrigações legais e regulamentares.
2. A Junta pode não renovar a licença por motivos devidamente fundamentados, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 60 dias.

Artigo 8.º

Cartão de vendedor

1. O exercício da atividade no mercado depende da emissão de cartão de vendedor.
2. O cartão é pessoal e intransmissível e deve ser renovado anualmente.
3. Os dados pessoais recolhidos são tratados nos termos do RGPD.

Artigo 9.º

Taxas

1. A ocupação dos lugares está sujeita ao pagamento de taxas aprovadas pela Assembleia de Freguesia.
2. O incumprimento implica juros, penalizações e eventual perda do direito ao lugar.

Artigo 10.º

Direitos e deveres dos vendedores

Os vendedores devem cumprir todas as normas legais, sanitárias, de segurança alimentar e as disposições do presente Regulamento.

Artigo 11.º

Proibições

É proibido, designadamente:

- Comercializar produtos não autorizados;
- Ceder lugares sem autorização;
- Ocupar áreas não concessionadas;
- Perturbar a ordem pública;
- Utilizar equipamentos sonoros;
- Praticar atos contrários à higiene e segurança.

Artigo 12.º

Fiscalização e sanções

1. A fiscalização compete à Junta de Freguesia.
2. As infrações podem originar advertência, suspensão temporária ou perda definitiva do lugar.

Artigo 13.º

Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos por deliberação do Executivo da Junta, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 14.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 30 dias após a sua publicação.